

Título: **Imunidade tributária aos livros eletrônicos**

Autor(es) Rafael Oliveira Lemos

E-mail para contato: vanmm@globo.com

IES: FARGS

Palavra(s) Chave(s): Imunidade Tributária; Livros Eletrônicos; Constitucional; Tributário; Extensão aos Livros

**RESUMO**

Trata-se de pesquisa acadêmica sobre a possibilidade da extensão de uma imunidade tributária de origem constitucional prevista aos livros para os livros eletrônicos. Discorre o estudo sobre a ideia de livro e livro eletrônico, sobre as formas de interpretação da legislação, sobre as imunidades tributárias e sobre as formas de interpretação da norma imunizante para fins de estendê-la ou não aos livros eletrônicos. Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, com predominância de obras em direito constitucional e direito tributário e interpretação jurídica. Também foi realizada a pesquisa de jurisprudência junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunais de Justiça e Tribunal Regional Federal. Para o desenvolvimento do tema optou-se pela desconstrução dos elementos envolvidos na apreciação da matéria, abordando-os de forma individualizada para melhor compreensão do tema, bem como para, ao final, reconstruir os elementos em análise, contextualizando o objeto em apreciação nesse trabalho com o prévio conhecimento de seus elementos. Assim, inicia-se o trabalho abordando o objeto "livro", relatando sobre seu histórico e conceituação. Da mesma forma é abordado o objeto "livro eletrônico", sendo este uma evolução do livro impresso em papel. Como a possibilidade de extensão da norma de imunidade tributária passa pelo espectro da interpretação jurídica, esse trabalho aborda em tópico específico a hermenêutica do direito, abordando lições sobre a interpretação das normas jurídicas, no particular sobre a interpretação de norma jurídica de origem constitucional. Após o estudo desses três temas iniciais, inicia-se uma segunda etapa onde se analisa o instituto de direito constitucional tributário da "imunidade tributária", em sentido amplo, abordando lições sobre conceito, generalidades, diferença entre isenção e não incidência. Também é verificada, na forma específica, a forma de interpretação das imunidades tributárias. Seguindo na análise do objeto, onde partiu-se do macro rumo ao micro, passa-se ao estudo sobre a imunidade tributária aos livros, jornais, periódicos e ao papel destinado a sua impressão, previsto no art. 150, VI, "d" da CRFB, e que serve de fundamento legal para confortar a possibilidade de extensão da norma imunizante aos livros eletrônicos. Reconstruindo o objeto delineado com escopo do trabalho aborda-se na forma de cotejo analítico entre doutrina e jurisprudência as teses defensivas e restritivas da extensão da imunidade tributária aos livros eletrônicos. Todo este estudo foi realizado para que se possa analisar a possibilidade de extensão da norma tributária, de cunho constitucional, que concede imunidade tributária aos livros e ao papel para sua impressão aos livros eletrônicos. O consenso é que a interpretação da norma deve ser no sentido de que possuem imunidade tributária os livros, os jornais e os periódicos, independente do suporte; e o papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos, ressalvadas as exceções oriundas da jurisprudência do STF. Dos estudiosos em direito pesquisados para a realização deste trabalho, constata-se que a grande maioria destes juristas defende a extensão da norma de imunidade tributária dos livros aos livros eletrônicos.